



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso

**Alimentação como reprodutora de uma sociabilidade: Uma análise do
conceito de alimento no Brasil.**

Thainã Taufner Costa

**Mariana, MG
2018**

Thainã Taufner Costa

Alimentação como reprodutora de uma sociabilidade: Uma análise do conceito de alimento no Brasil.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientadora: Raquel Mota Mascarenhas.

Mariana, MG

2017

C837a Costa, Thainã.

A alimentação como reprodutora de uma sociabilidade [manuscrito]: uma análise do conceito de alimento no Brasil / Thainã Costa. - 2018.

53f.:

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Raquel Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Segurança alimentar - Teses. 2. Alimentação - Teses. 3. Produção capitalista Teses. 4. Política social - Brasil - Teses. I. Mascarenhas, Raquel. II.

CDU: 351.77(81)

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

**“Alimentação como reprodutora de uma sociabilidade
Uma análise do conceito de alimento no Brasil.”**

Thainã Taufner Costa

ORIENTADOR (A): Prof.^a Me, Raquel Mota Mascarenhas

Trabalho de Conclusão de Curso, submetida ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto — UFOP, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 09 / 02 / 2018



Prof. Me. Roberto Coelho do Carmo



Prof.^a Me. Verônica Medeiros Alagoano



Prof.^a Me. Raquel Mota Mascarenhas

Essa pesquisa é dedicada a todos os latinos americanos, angustiados e inconformados com a exploração imperialista, aos que lutam pela soberania alimentar e, às crianças latinas que não terão o direito de desenvolver com plenitude suas capacidades físicas ou intelectuais, devido à desnutrição.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Anizete Inez Taufner. A mãe com carinho. Em geral a todos que me acompanharam por distância. Alan Marques, obrigada pelos debates sobre produção alimentar. Aos amigos Beatriz Dorneles, Higor Bernardo pelo carinho e apoio.

Agradeço a todo corpo docente do curso de Serviço Social da UFOP. Por fomentaram debates e observações sobre a realidade de grande importância a formação profissional. Especial a minha orientadora Raquel Mascarenhas, pelo suporte na realização deste trabalho e principalmente pela paciência para com a orientanda. Ainda deixo meus agradecimentos ao setor de transporte desta universidade, em especial aos motoristas terceirizados.

Para além do trabalho de conclusão de curso, mas como participantes da trajetória acadêmica e social, devo meus últimos agradecimentos a República Terra de Godah e aos amigos que conheci em Minas Gerais.

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso, orientado pela teoria marxista, visa analisar o conceito de alimento intrínseco no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2016-2019, tendo como objetivos específicos: entender a construção histórica da relação entre alimento e ser social; compreender a relação entre a produção alimentar e a construção do direito à alimentação no Brasil no período de 2003 a 2015; e identificar qual o conceito de alimento norteador do PLANSAN 2016-2019. Para isso fara uso de pesquisa bibliográfica e documental, cujo relatório segue em três momentos. No primeiro apresenta uma análise da relação entre alimentação e ser social, seguido pela apresentação da história das políticas sociais de alimentação no Brasil e, por fim, apresenta alguns elementos para compreender a construção e constituição do PLANSAN (2016-2019).

Palavras-chaves: ser social, alimentação, modo de produção capitalista, políticas sociais.

ABSTRACT

This work conclusion, guided by Marxist theory, analyze the concept food in National Plan of Food and Nutrition Security (PLANSAN) 2016-2019, with specific objectives: to understand historical construction between food and social being; understand relationship between food production and construction right food in Brazil, period from 2003 to 2015; and to identify guiding food concept in PLANSAN 2016-2019. To do this, use bibliographical and documentary research, report in three moments. The first presents analysis relationship between food and social being, followed the history social food policies in Brazil, finally, elements to understand construction and constitution PLANSAN (2016-2019).

Keywords: social being, food, capitalist system, social policies.

LISTA DE SIGLA

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNA – Comissão Nacional de Alimentação.

CNME – Campanha Nacional de Merenda Escolar.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

IMAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MPAS – Ministério de Previdência e Assistência Social.

MTZC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

OZT – Organização Internacional do Trabalho.

PAGG – Programa de Ação econômica do governo.

PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.

PNA – Plano Nacional de Alimentação.

PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar.

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.

SAPS – Serviço de Alimentação e Previdência Social.

SISAN – Sistema de Segurança alimentar e Nutricional.

STAN – Serviço Técnico da Alimentação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
2 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE ALIMENTOS NA HISTÓRIA.....	12
2.1 O ALIMENTAR E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL.....	12
2.2 ALIMENTO: uma questão imperialista.....	16
2.3 IDADE MÉDIA E ALIMENTAÇÃO	18
2.4 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: a natureza valorizada	20
3 PRODUÇÃO E ACESSO A ALIMENTAÇÃO NO BRASIL	25
3.1 OS PRIMEIROS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ..	25
3.2 CAPITALISMO CONTEMPORANEO E ALIMENTAÇÃO	32
4 CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DO PLANSAN.....	38
4.1 A CONSTRUÇÃO DO PLANO	38
4.2 ELEMENTOS CONSTITUINTES DO II PLANSAN (2016-2019)	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERENCIAS	46
ANEXOS.....	XX

1 INTRODUÇÃO

A primeira aproximação com os estudos sobre a produção alimentar ocorreu durante o ensino médio quando participei da pesquisa científica intitulada “Desenvolvimento e estudo da aceitabilidade de sucos preparados a partir de frutas produzidas no Espírito Santo”. Essa pesquisa, vinculada ao PIBID Junior pela Universidade Federal do Espírito Santo, foi executada pelo curso de engenharia de alimentos e teve ênfase na valorização das frutas e maior produção no estado (o mamão e o abacaxi) e possibilitou que a equipe técnica responsável experimentasse diferentes misturas das mesmas, buscando os melhores padrões de qualidade do produto. Ainda no ensino médio cursei o técnico em recursos humanos, em que tive a oportunidade de estagiar no Sindicato Rural da cidade de Alegre-ES, sendo esse o primeiro momento que pude participar dos debates sobre os direitos dos trabalhadores rurais da região. Diante o exposto, acredito que essas experiências vivenciadas em conjunto contribuíram para a formação da inquietação sobre produção alimentar.

O interesse no tema foi fomentado durante a graduação de Serviço Social devido sua forte formação crítica a sociabilidade burguesa, derivada da aproximação teórica metodológica da teoria social de Marx. Esse norteamento marxista possibilita situar a análise da realidade no lócus da reprodução de valor, e, conseqüentemente, entender o alimento como mercadoria cujo acesso é mediado pela troca de outra mercadoria, o dinheiro. Essa mediação, por sua vez, limita o acesso a alimentação, porque o/a trabalhador/a assalariado/a não se universaliza no capitalismo atual, visto o aumento substantivo do desemprego.

As disciplinas de teoria social I, II e III, questão social e acumulação capitalista e processo de trabalho em serviço social, foram essenciais para conduzir a proposta de pesquisa, isso porque, esses estudos abordam a crítica da economia política, expondo as ações do Estado frente às necessidades do capitalismo. O que proporciona o entendimento da contradição entre produção alimentar no modo de produção capitalista versus os direitos dos/as trabalhadores/as ao acesso a alimentação saudável. Sendo esse direito historicamente negado devido ao acesso aos bens comuns da natureza, no presente estágio da produção flexível de capitalismo financeiro, que, entre tantos fatores, impulsiona o desenvolvimento da tecnologia que alcançou a manipulação genética da natureza, a fim de criar novas formas de produzir valor sob cadeias de produção globalizadas. Assim, diante a essa contradição explicitada, temos como problema de pesquisa *Qual o conceito de alimento intrínseco no PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN) 2016- 2019?*

Destacamos, inicialmente, que esse estudo se situa no bojo do processo de produção capitalista de alimentação no que se refere a sua *qualidade alimentar disponível* no Brasil e a forma como o Estado brasileiro busca garantir *o direito a alimentação* saudável através de *políticas públicas* seja por ações de incentivo a produção e consumo por meio de crédito e/ ou por serviços e benefícios assistenciais.

Especificamente em relação ao II Plano Nacional de Segurança Alimentar (PLASAN) 2016-2019, destaca-se que esse traça desafios a ser desenvolvido pelo governo federal em resposta a insegurança alimentar e a problemática crescente do sobrepeso no Brasil, a fim de sustentar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O presente estudo, portanto, apresenta relevância social, pois objetiva contribuir para os debates em relação à segurança alimentar, instrumentalizando a conscientização política da classe trabalhadora frente ao horizonte da soberania alimentar. Assim sendo, a relevância científica desse projeto está em sua proposta de contribuir para o aprofundamento do tema, oferecendo ao trabalho profissional do Serviço Social novas argumentações frente às possibilidades de atuação profissional no que se refere ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Diante ao exposto essa pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL:

Analisar o conceito de alimento intrínseco no PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN) 2016-2019?

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Entender a construção histórica da relação entre alimento e ser social
- Compreender a relação entre a produção alimentar e a construção do direito à alimentação no Brasil no período de 2003 a 2015.
- Identificar qual o conceito de alimento norteador do PLANSAN 2016-2019.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente projeto de trabalho de conclusão de curso está classificado como pesquisa exploratória permitindo melhor aproximação do tema, aprimorando os conhecimentos dos objetivos propostos. Para Gil (1987) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal proporcionar o aprimoramento de idéias e/ou descobertas de intuições, seu planejamento é flexível de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao objeto, normalmente utilizado em levantamentos bibliográficos, também em análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Nesse sentido, será desenvolvida em dois momentos, sendo que o primeiro e o segundo objetivo específico se viabilizarão através da pesquisa bibliográfica, que se propõem a analisar as diversas posições acerca de um problema, sendo desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas, sendo as mais utilizadas de referência informativa e remissiva (trabalho de conclusão de curso e artigos científicos) além de publicações periódicas (jornais e revistas impressas ou eletrônica). A pesquisa bibliográfica para fim de estudos históricos é considerada positiva por dispor de uma gama de obras mais amplas de fenômenos dispersos em diferentes obras bibliográficas adequadas ao tema.

Nesse sentido, para materializar o primeiro objetivo específico, “*Entender a construção histórica da relação entre alimento e ser social*”, teremos que abordar a relação entre ser social, trabalho e alimento no processo de socialização e suas particularidades no modo de produção primitivo, feudal e capitalista.

No que tange o segundo objetivo específico, “*Compreender a relação entre a produção alimentar e a construção do direito à alimentação no Brasil no período de 2003 a 2015*”, abordaremos as particularidades da produção alimentar, inseridas no debate acerca da segurança x soberania alimentar, e a sua relação com a construção do direito à alimentação em território brasileiro, observando sua articulação com normativas e direcionamentos internacionais.

Além da pesquisa bibliográfica, esse estudo fará uso da pesquisa documental, que consiste no trabalho intelectual incidindo sobre materiais que ainda não passaram por um processo analítico, sendo documentos públicos de primeira mão. Para Gil (1987) as vantagens da pesquisa documental, é o menor tempo de trabalho, sendo importante fonte de dados para pesquisa de natureza histórica, importante no processo de construção de desvelar o objeto por proporcionar melhor visão do problema conduzindo a sua verificação. O terceiro objetivo

específico, “*Identificar qual o conceito de alimento norteador do PLANSAN 2016-2019*”, portanto, será desenvolvido a partir da pesquisa documental, em que será analisado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar (2016-2019).

2 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE ALIMENTOS NA HISTÓRIA

Enquanto a natureza oferece em abundância aos homens do que se alimentar e vestir, tudo vai bem e pode reinar a paz na terra. Mas quando falta tudo a um, ele tem o direito de tirar do outro o supérfluo que lhe sobra (...). Para conservar a vida, o homem tem o direito de atentar contra a propriedade, a liberdade e a vida de seus semelhantes (Marx 1789, Paris Payot, 1988)

Nesse capítulo abordaremos a alimentação em dois momentos. No primeiro momento reflete-se acerca da alimentação, entendendo-a enquanto atividade biologicamente determinada, como necessidade vital dos seres vivos, e socialmente construída, a partir da capacidade do ser social de intervir de forma consciente no meio em que vive, transformando-o ao passo que também se modifica. No segundo momento, considerando os diferentes modos de produção regidos pela sociedade humana ao longo do tempo, busca-se elencar algumas das transformações que ocorrem na produção e consumo alimentar, principalmente no que tange a sua transformação em mercadoria no capitalismo.

2.1 O ALIMENTAR E A FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

A biosfera¹ contém os elementos inorgânicos² e orgânicos³ necessários ao desenvolvimento dos seres vivos, ou seja, é o meio que possibilita o desenvolvimento de organismos ao garantir a reação química energética necessária ao processo metabólico catalisador da vida. Trata-se, portanto, de reconhecer que todo ser vivo tem como necessidade imediata a sua sobrevivência a reposição energética (AMABIS; MARTHO, 2004).

Dentre a ampla diversidade de seres viventes, o ser humano apresenta particularidades no que tange as suas necessidades de suprimentos energéticos, bem como a forma de saciá-las. Segundo a Teoria Evolucionista, os ancestrais do *homo sapiens*⁴, os macacos primatas, supriam suas necessidades energéticas a partir do uso de seus membros

¹ A mais alta das hierarquias biológicas é, por enquanto, a que reúne todos os ecossistemas da Terra: a biosfera. É nessa delgada camada superficial de nosso planeta que ocorre a vida. (AMABIS; MARTHO. 2004. 464 p.)

² Os elementos inorgânicos, sendo a água e os sais minerais, não se reproduz, compõe sua importância como parte constitutiva do meio ambiente, e está presente nos corpos orgânicos auxiliando as trocas energéticas e a manutenção dos seres orgânicos estes então mais complexo em sua estrutura e necessidades. Quando se analisa a matéria que constitui os seres vivos, encontram-se principalmente os seguintes elementos: Carbono (C), hidrogênio (H), oxigênio (O), nitrogênio (N), fósforo (P) e enxofre (S) (AMABIS; MARTHO, 2004).

³ A matéria que constitui os seres vivos revela abundância de água. Basta dizer que cerca de 70% a 85 % da massa de qualquer ser vivo é constituída por essa substância. O resto distribui-se entre proteínas (10% a 15%), lipídeos (2% a 3%), glicídios (1 %) e ácidos nucleicos (1%), além de (1%) de sais minerais diversos (AMABIS; MARTHO, 2004).

⁴ Humano, termo que deriva do latim "homem sábio" (Dicionário de Latim, 2017).

superiores e inferiores como meio para recolher alimentos. Isto é, se alimentavam de elementos produzidos pelo ciclo da natureza, ingerindo apenas o que o ambiente ofertava. Esse processo de *metabale*⁵ se complexificou a partir da busca por adaptação, sendo que, a medida que os primatas se apropriavam de uma maior diversidade de produtos da natureza, mais era gerado certa evolução física e associativa entre os indivíduos. Desse modo, a sobrevivência mostrou-se favorável aos primatas vivendo em um tipo de comunidade primitiva, com baixa ou quase nenhuma diferenciação social, em que a caça e coleta de alimentos eram a base da reprodução coletiva (ENGELS, 2016).

No bojo desse processo de evolução, algumas descobertas e diferenciações se destacam no que tange a formação do ser social e sua relação com a alimentação. Isso porque, a cultura alimentar dos primeiros humanos se estabelece de forma diversificada, porém limitada as condições climáticas e naturais disponíveis. Portanto, as escolhas alimentares mais pré-históricas são variáveis e diversas entre a mesma espécie, uma vez que os primatas ocuparam diferentes regiões do globo, devido à cultura de nomadismo. Desse modo, durante muito tempo, frutas, folhas e grãos predominaram como meio de obter as calorias necessárias. Sendo a ingestão de carne ocasionada acerca de 5 milhões de anos, devido a condições climáticas, um período de grande seca, que provocou uma infertilidade dos recursos vegetais na África Oriental, forçando ao consumo de carnes. Outro elemento refere-se à descoberta do fogo, proporcionando o acesso a alimentação cozida e maior quantidade de proteínas no metabolismo humano. Esses fatores culminaram no aumento de nutrientes, resultado de uma alimentação mista, possibilitando maior desenvolvimento do cérebro, da estrutura óssea e conseqüentemente da racionalidade humana (ENGELS, 2016).

Todas essas transformações contribuíram para impulsionar a emergência do ser social. Isto é, a biosfera, enquanto esfera viva potencializada, contém meios prontos de subsistência, tais como terra, água, madeira e alimentos. Esses possibilitam aos primatas a ingestão de nutrientes que, associados ao processo adaptação, culminam numa evolução física e cognitiva desses, que possibilitará o salto qualitativo do ser natural ao ser social, através do trabalho. Esse salto se deve a inovação no processo de atendimento das necessidades vitais, que passam a ser mediadas pela intervenção humana direcionada a um fim determinado. Isto é, esta mediação se trata da produção material da vida, caracterizada por uma constante ruptura com o modo de ser natural, pois o ser humano torna-se ligado organicamente com a

⁵ Palavra de origem grega. Significa mudança ou transformação.

natureza pelo trabalho, em que para satisfazer suas necessidades básicas faz uso de instrumentos e técnicas rudimentares (ENGELS, 2016; NETO; BRAZ, 2006).

Assim, “a natureza é o terreno onde se constitui os valores de usos sociais, modificada pela ação humana condicionando a vida” (MARX, 2016). Sendo o trabalho a totalidade da sociabilidade, a partir da forma que é empregado em relação ao tempo e modificação da natureza, ele muda não só o produto final, mas ao próprio homem e suas relações. Assim, o trabalho trata-se, portanto, vital e específico do homem, pois é mediador da satisfação das necessidades materiais via ação concreta, livre e consciente. Segundo Marx (2016) o trabalho possui duas dimensões. A primeira, a teleológica, em que o homem possui a capacidade de projetar antecipadamente no âmbito intelectual o resultado do trabalho objetivado; e a segunda característica, a ação, em que o trabalho humano pelo uso e a criação de meios de trabalho entre o homem e o objeto se transforma em produto.

Desse modo, o homem se distingue dos animais pela: capacidade de criação de meios de produção, da consciência e da linguagem. Em Engels (2016) o processo de diferenciação se origina fundamentalmente pela necessidade da interação homem e natureza, enquanto atividade objetivada para um fim, orientada pela racionalidade humana. Isto é, segundo Marx (1980, p. 306) “o trabalho é fogo vivo, formador, a transitoriedade das coisas, sua temporalidade, assim como sua modelação no tempo vivo”.

A formação do ser social pelo trabalho, portanto, complexifica o desenvolvimento das sociedades coletivas. Nesse passo, a linguagem se desenvolve e se torna fundamental instrumento para a reprodução da espécie, logo que é através dela que será transmitido o conhecimento da natureza. Ou seja, a capacidade de aprendizado, requer um sistema de comunicação, uma linguagem articulada (ENGELS, 2017). Posteriormente, ocorre a divisão do trabalho, que se deu pelo sexo e por idade, por cooperação simples, levando ao desenvolvimento das forças produtivas⁶, que é impulsionada com o fim do nomadismo – resultado do conhecimento da agricultura, domesticação dos animais e aperfeiçoamento dos instrumentos (NETO; BRAZ, 2006).

Desse modo, o avanço dos valores de uso, para além da necessidade imediata de subsistência, define o grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, decorrente da cooperação, implicando em certo progresso econômico e técnico, mas para isso, foi no decorrer do tempo com a especialização do trabalho. Assim, foi possível garantir à

⁶ Consiste o conjunto das forças produtivas: Os meios de produção, objeto de trabalho e força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

manutenção da vida, como, por exemplo, a alimentação, fundamento base para o desenvolvimento do ser. Têm-se, portanto, a Revolução Agrícola do Neolítico que é centrada na técnica de produção alimentar, com base no sistema de Derrubada-Queimada e Pousio de Longa Duração – constituída pelo conjunto de técnicas de manutenção dos nutrientes do solo, com um controle de regeneração da biomassa. Isso possibilitou a diferenciação dos povos nômades para então uma população que ocupa um determinado território, por apreender graduais domínios do conhecimento da natureza, como o desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais, destacando-se frente o desenvolvimento das forças produtivas, e alcançando melhores condições de sobrevivência (MARTINS, 2017).

O trabalho por tanto é essencialmente coletivo, visto que é no domínio da natureza pelo trabalho que se avança as possibilidades de criação. O modo de existir do ser social, por meio do fim objetivado do pôr teológico não é mais singular, mas toma como ponto de partida a consciência coletiva orientada, e modifica o nível de complexidade da produção material, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas. Isto é, “o trabalho objetiva conjuntamente valores e o dever ser, o comportamento do homem orientado para finalidades sociais. Contém uma dimensão de conhecimento e uma dimensão ético-moral, implicadas na natureza do trabalho” (IAMAMOTO, 2012, p.42).

Á medida que o homem se apropria da natureza, mais se distingue do ser natural, por isso transforma a natureza e si mesmo, o trabalho essencialmente é um processo entre a ação do homem sobre a natureza, criando valores de usos, importante para o desdobramento do ser social e os “saltos” evolutivos do mesmo, é a categoria da práxis. Entende-se a práxis derivada do trabalho, diferencia-se no plano da ação sobre os outros homens, é na tentativa de um coletivo da mesma espécie realizar processos teológicos concretos, característica exclusiva do ser social.

Momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação dos produtos, mas pelo papel da consciência, a qual precisamente aqui deixa de ser epifenômeno da reprodução biológica: o produto é um produto que já existia na ‘representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 2010, p 95)

Como resultado dos avanços das forças produtivas que já ultrapassava a produção das necessidades imediatas, no campo da produção alimentar agropecuária se diferencia da monocultura de cereais, linho, oleaginosas dentre outras. Tornando mais produtivas, existiu pela primeira vez um tipo de excedente econômico. O que se torna maior a necessidade da divisão do trabalho, o artesanato avança de forma mais especializada, aumentando assim a

quantidade de produtos resultados de processos de trabalhos, perscrutando a dimensão da universalidade (MARTINS, 2017; LUKÁCS, 2010; MARX, 2017).

Por conseguinte, o sistema de trocas se inicia no decorrer da divisão do trabalho, entre comunidades vizinhas e seus excedentes, e se dá a possibilidade de acumulação de riquezas de tal forma que o sistema de troca insere-se sobre a economia, se tornando cada vez mais dominante da reprodução social, de forma totalmente nova. Isso torna possível que indivíduos que possuíam algum prestígio social, representação religiosa ou um líder guerreiro, naturalizem a propriedade privada⁷, acentuando a contradição entre os interesses singulares e coletivos (MARTINS, 2017; LUKÁCS, 2010; MARX, 2017).

A força de trabalho humana passa a possuir valor de forma inteiramente nova, sendo que a exploração do homem sobre o homem se torna possível e com ela a divisão de classes sociais antagônicas. Desse modo, na história da humanidade, as relações sociais foram baseadas no escravismo, feudalismo e, ao tempo moderno e contemporâneo, capitalismo. Para cada, segundo os costumes e hábitos são racionalizados coletivamente.

Contudo a fome e suas formas de satisfação são modificadas a cada momento histórico econômico-social, devido a variação do desenvolvimento das forças produtivas presentes, ou pelo acesso dos meios de produção no caso da propriedade privada da terra. Portanto hábitos alimentares e produção alimentar está relacionado pela capacidade e condições sociais do tempo histórico em questão.

2.2 ALIMENTO: uma questão imperialista

O surgimento dos Sistemas Agrários Pós-Florestais trouxeram profundas modificações na agricultura, no que se refere a quantidade de alimentos produzidos e usufruto desses concentradas em determinadas classes sociais. Isso porque, a capacidade de organização social para fim de acumulação de riqueza levou o ser humano a se apropriar de outro ser humano, através do sistema escravista, que utiliza do trabalho escravo na extração da renda da terra (MARTINS, 2017).

⁷ “Com a divisão do trabalho fica dada a possibilidade, ainda mais, a realidade, de que a atividade espiritual do homem e a material- a fruição e o trabalho, a produção e o consumo- caibam a indivíduos diferentes. Com a divisão do trabalho dá-se ao mesmo tempo, a distribuição, e com efeito a distribuição desigual, tanto quantitativa, como qualitativamente do trabalho e dos seus produtos: ou seja a propriedade é poder de dispor da força de trabalho de outros” (MARX; ENGELS, 1977, 46).

Diante a essa organização, têm-se o fato de que na Antiguidade, no Oriente, Império Romano, fatores climáticos deram origem a crises alimentares devido a perda de cultivos, que implicou em certa carência alimentar colocando a guerra como a estratégia de prática econômica. Pelas disputas, portanto, o povo romano universaliza seu modo de ser, economicamente, ideologicamente e principalmente uma uniformização da sua cultura alimentar em toda Europa e no Mediterrâneo. O comércio antes eventual às necessidades das comunidades primitivas, passa a sua forma madura, enquanto troca de mercadorias mediadas de maneira igualitária, ou seja, processo em que o valor de uso é substituído pelo valor de troca, sendo criado um equivalente universal, com o surgimento da moeda, produzida pelos metais (MARTINS, 2017).

A alimentação, portanto, teve papel muito importante, logo que por muito tempo principalmente durante os séculos III e IV, se consideravam o povo unicamente civilizado, pelo mito sobre a tríade alimentar clássica: trigo, vinho e óleo. Sendo que os bárbaros são aqueles cuja subsistência estava centrada na caça e habitavam as florestas. Isto é, “era a civilização da carne contra a do pão, a civilização do leite contra a do vinho. (...) O mito da agricultura e da cidade – da agricultura para a cidade – perdurou e sustentou a missão civilizatória que o mundo romano exerceu sobre os ‘selvagens’ habitantes das florestas e das aldeias” (MONTANARI, 1998, p. 279).

Com as invasões dos povos germânicos às cidades romanas, já marcada pela queda demográfica, tem-se o fim do império romano, logo do sistema escravista. A Europa passava por profundas modificações em sua estrutura social, os povos precisavam de proteção e buscaram os muros dos castelos da nobreza em troca da servidão camponesa aos senhores feudais. Configurava-se, assim, um novo modelo de contrato social, trabalho gratuito em troca de proteção, o feudalismo. Esse modelo de produção garantia sua produtividade e consumo por meio da renda da terra, a apropriação do resultado do trabalho servil, e, mais tarde, pelos produtos agrícolas adquiridos em dinheiro (MONTANARI, 1998).

As transformações da produção alimentar no final do império romano para o início da idade feudal trouxeram implicações em relação ao espaço geográfico, econômico, político e social, principalmente na disponibilidades de nutrientes alimentares, como veremos a seguir.

2.3 IDADE MÉDIA E ALIMENTAÇÃO

O novo sistema de produção e consumo advém como consequência da aceitação dos bárbaros pela cultura Romana em todos os campos: social, econômico, legislativo e alimentar. Este último fomentado pelo cristianismo durante a Idade Média, na valorização da cultura do pão e vinho. Em consequência, o que ocorre é uma conexão entre as duas culturas, a caça e a criação de animais, assim como a coleta, isto é, a valorização da cultura da exploração das florestas, entendida como espaços legítimos de extração de excedente econômico, assim como à exploração de espaços incultos (MARTINS, 2017).

O modelo feudal, portanto, era baseado reciprocamente entre economia agrária e modelo silvo-pastoril, como consequência, de forma inédita, tem-se uma variedade alimentar para maior parte da população e uma variedade nutricional maior que todos os tempos históricos, baseada no consumo de cereais. As cidades, no ponto de vista da paisagem, teve uma alteração substancial logo que as florestas, bosques constituíam a cultura de produtividade, apesar do pequeno nível tecnológico agrícola, a produção respeitava o tempo da natureza e utilizada de técnicas historicamente construídas (MARTINS, 2017).

As inovações tecnológicas do decorrer da idade média é considerável no século X, com uma pluralidade de técnicas do Sistema de Cultivo com Alqueives e Tração Animal Pesada, resultado da chamada Revolução Agrícola da Idade Média, que, desenvolvendo inúmeras invenções, singulariza um avanço das forças produtivas, por exemplo, na agricultura dos instrumentos tais como o arado reversor, que permitiu uma extensão de terras cultiváveis. Neste sistema a interação com o cultivo passou compor a *Rotação Trienal* onde a parcelas cultivadas é dividida em três partes: cultivo de cereais, forragens e alqueive sem a presença dos animais (MARTINS, 2017).

A produção alimentar e consumo tinha ligação direta, em um sistema de provisionamento, no interior das terras e em seus arredores no domínio dos senhores feudais que dominavam o excedente produtivo de cereais. O consumo de carne bovina era marcada por uma opção entre leite ou carne, por isso a carne suína teve melhor aceitação aquele tempo histórico, mas também pela tendência de melhor conservação, mesmo assim historiadores afirmam que animais jovens nunca eram abatidos, conclui-se um possível equilíbrio entre as necessidades do trabalho e da mesa (MARTINS, 2017).

Na criação de animais a novidade é o aproveitamento da força animal, o arreamento com cavalos e bois potencializaram a produtividade, juntamente com a ferradura

metálica que garantia maior rapidez no trabalho. No nível dos transportes as primeiras carretas foram capazes de movimentar maiores quantidades de estoques de alimentos para regiões distantes do local de produção. Além disto, o surgimento da produção do adubo, derivado da necessidade de proteger os animais em um local rexederservado com feno, garantiu maior fertilidade do solo e, ao longo do tempo, melhor qualidade nutricional aos alimentos (FLANDRIN; MONTANARI, 1998).

A ampliação da produção agrícola, portanto, teve um crescimento exponencial, impulsionando o crescimento demográfico e a reorganização das cidades, devido a mais produtos passíveis a troca mercantil. Essas mudanças ampliam o comércio dos excedentes agrícolas, que teve auge durante o século XIII, possibilitando que os comerciantes promovam as trocas nos burgos, pequenas vilas, se tornando mais tarde nos futuros burgueses (WOOD, 1998, p. 12)

Apesar dessa ampla complexificação das sociedades, o desenvolvimento do dinheiro como moeda de troca generalizada só foi possível com a constituição dos Estados-nacionais, com o surgimento dos Estados Nações e o Absolutismo na Inglaterra. Assim, o século XIV marca os últimos tempos da idade média, cometida pela peste negra e uma profunda crise alimentar que dizimou grande parte da população, resultado de uma superexploração do território produtivo (WOOD, 1998).

No decorrer do desenvolvimento das forças produtivas em cada momento histórico, ou seja, na forma como o trabalho e a natureza foi apropriada, configuram-se avanços nos meios de produção, sendo que os produtos agrícolas são os primeiros excedente na história da humanidade. Mas a importância do alimento, enquanto gerador de valor e valor de uso, nos limites do desenvolvimento das forças produtivas, está ligada diretamente a forma que o trabalho é empregado, determinando não só quantidade como tal, mas culturas, costumes e gostos alimentares. Isto é, segundo, Montanari (2017), O primeiro sendo o princípio natural do ser genérico, como necessidade biologicamente determinada, representada pela appetite/fome de metabolizar valores nutricionais, para manutenção física, impulsionada pelo desejo. Que de forma recíproca interage com os valores culturais, historicamente determinados, desrespeita a relação do indivíduo na *liberdade* de escolher a experiência do prazer influenciado pelo gosto cultural.

Esses conceitos são presentes até o feudalismo, sofrendo profundas modificações no decorrer da Idade Moderna, como veremos no próximo item.

2.4 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: a natureza valorizada

As características fundamentais para o desenvolvimento da acumulação primitiva na Inglaterra, e seus desdobramentos sociais com a progressiva divisão social do trabalho, trazem como consequência o aprofundamento da distância entre homem e natureza. Logo, a particularidade desse tempo histórico, está na relação com a natureza, na ruptura que ocorre com os antigos padrões produtivos, onde as necessidades eram atendidas através da terra, passando a um novo mecanismo, marcado pelo crescimento das cidades, dos meios de produção e do mercado (WOOD, 1998).

A forma pela qual o capitalismo agrário atinge as condições para extração de valor são as mais perversas da humanidade. Isso porque, o alimento, motivador de avanços produtivos por longo tempo, contribuiu para conhecer o tempo da natureza e seus manejos, dado sua importância biológica ao corpo orgânico, uma vez que tem ligação direta ao metabolismo da biosfera e trata-se de necessidade primeira para a reprodução do ser, portanto garantir a alimentação da comunidade é sinônimo de segurança. É perverso, portanto, porque é neste elemento, tão essencial a vida, que o capitalismo primitivo ira incidir.

Para o processo de acumulação ocorrer, as relações sociais precisavam ser modificadas, o que ocorre a partir das Grandes Navegações. Essas possibilitam que o Mercado Mundial se aproprie de riquezas geradas por acumulação primitiva de outros continentes, sustentada por imposição do trabalho escravo aos povos nativos e espoliação dos recursos naturais. Além disso, na Inglaterra o mercado precisa ter consumo direto para gerar o mais-valor, ou seja, expansão do trabalho assalariado, logo da força de trabalho livre, que se dá sob processo de privatização da terra e da expulsão de populações camponesas, ou seja, da supressão de direitos comuns. Assim, esse período histórico foi marcado pelos cercamentos, em que se tem a dissociação do trabalhador ao direito a terra, ou seja, a propriedade dos meios de produção, dividindo a sociedade entre os detentores dos meios de produção e os possuidores somente da força de trabalho (WOOD, 1998). Como já não fosse um processo dolorido ao “biometabolismo” enquanto “*biotrocas*”, a realidade se configurou com extrema violência aos camponeses para a expropriação de terras.

Isso se deu com a Lei Sanguinária que legitimou todas as medidas necessárias ao capital, gerando um montante de sem terras que de nada detinham para garantir sua reprodução com dignidade humana, física e moral. Conseqüentemente, a insegurança alimentar permeava os camponeses espoliados, que foram entregues somente da possibilidade

de trocar sua força de trabalho a um burguês para garantir sua alimentação. Um novo estatuto feudal foi regido para estabelecer novas formas de contrato de trabalho, os arrendamentos, aqueles que detinham de algum valor acumulado alugava um espaço produtivo de um capitalista, também por forma de contrato pagava uma parcela de seu excedente mediante arrendatário (WOOD, 1998).

Século a frente XVII medidas juristas do ponto de vista da propriedade e o direito de uso da terra e dos seus elementos ainda estavam em debate no Estado prussiano, assim como o direito dos possuidores e da propriedade privada. A madeira matéria prima utilizada para proteção do frio, segurança e cozimento de carnes, verduras e frutas também de nada possuía a crescente classe operaria.

O dilema vem precisamente do fato de que a integração da madeira no circuito de valor comercial torna seu valor de uso e seu valor de troca indissociáveis. O desafio da nova legislação é fazer valer o direito de propriedade, distinguindo com rigor os títulos de propriedade dos títulos de necessidade, a economia de subsistência. Em consequência, a evolução do dispositivo de sanções penais institucionaliza novas formas de delinquência e criminalização social (MARX, 2017 p. 17).

As condições sanitárias da população, portanto, pouco ou quase nada se modificou. Em consequência, a volta da Peste Negra, reduziu grande parte da então força de trabalho, e a fome e guerra marcaram o fim do Sistema Feudal durante o século XV e XVI. Resultado foi a “agricultura melhorada”, concentração de terras com manejo de técnicas de produção, objetivo do Estado burguês e dos burgueses foram atingidos com sucesso, aumento real do excedente e da força de trabalho disponível. Segundo (XAVIER, 2014, p. 94), “as massas de trabalhadores ‘livres como pássaros’ resultou da presença da dinâmica capitalista montada na agricultura inglesa desde o século XVI, cuja tríade renda da terra/lucro/salário personificava-se nas figuras dos grandes proprietários de terra, arrendatários e trabalhadores assalariados”.

Os arrendatários capitalistas que buscavam a valorização de seus produtos, por intermédio do mercado, responsável pela distribuição, ainda se estabelece como regulador da reprodução social, a produção alimentar agora sobre com todas os imperativos do mercado, uma mercadoria, com valor de troca, incrementada no ciclo de valorização do capital, detém além de seu valor de uso, valores subjetivos de processos de trabalho passados, mais-valia pronta a troca por dinheiro, a tensão entre ser social e natureza acentua “A propriedade privada é, resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 1884, 87).

Diante a essas profundas transformações, tem-se o alimento como formador de valorização (mercadoria), o que trás como implicação a urbanização crescente da população mediante a tendência de uniformização da natureza e da inextinguível fome num contexto de excedente alimentar. Consequentemente, a oposição entre campo e cidade se funda na ruptura do intercambio orgânico entre homem e natureza, que impede o retorno dos elementos orgânicos consumidos como forma de meios de produção ao solo, resultando na diminuição de nutrientes, alterando a produtividade da terra (MARX, 1884).

Desse modo, o processo de trabalho no modo de produção capitalista, é subsumido aos interesses do capital, isto é, não se produz para comer e sim para vender (XAVIER, 2014), de forma que os monopólios começam a crescer penetrar cada vez mais na agricultura. Isto é, a produção de valor de uso fica em segundo plano, pois, sob o domínio da propriedade privada dos meios de produção, a riqueza socialmente constituída é incapaz de se universalizar, visto que a produção da desigualdade em função do aumento da riqueza é uma das expressões de desefetização do trabalhador.

Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele priva segundo um duplo sentido: Primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho (MARX, 1844, P 81).

Na produção simples o processo de trabalho se caracteriza como unidade movente da valorização, contém em seu princípio de reprodução a centralidade do trabalho para extração de mais-valor, o capital se valoriza quantitativamente entre material de trabalho, meios de trabalho e força de trabalho. Diferentemente na grande indústria, o capital fixo se torna meio de valorização, o homem é subsumido pelo processo de produção, sua força de trabalho, nem seu tempo de trabalho é medida para acumulação.

Segundo Marx “A transformação do processo de produção do simples processo de trabalho em um processo científico, que submete as forças da natureza a seu serviço e as faz atuar assim a serviço das necessidades humanas, aparece como qualidade do capital fixo diante do trabalho vivo, se o trabalho individual enquanto tal deixa de todo aparecer como produtivo” (MARX, 2011, p. 584).

Entende-se, portanto, que causa da pobreza e da fome é diferente no bojo do sistema capitalista. Isso porque, em sociedades anteriores a forma pela qual existia a fome estava ligada a fatores de escravidão, da debilidade dos instrumentos e técnicas de produção, questão de território, clima dentre outras. Na sociabilidade burguesa, por sua vez, ocorre um aumento constante das tecnologias de produção agrícolas e de manufatura, a particularidade está no aumento das forças produtivas em contradição com o aumento da fome, o pauperismo

absoluto no final século XVIII impôs a classe trabalhadora a necessidade da troca de sua força de trabalho na sua condição de sobrevivência.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a Questão Social-diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da Questão Social”, esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória da regime do capitalismo, sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “Questão Social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2001, p. 45).

O mercado até o século XIX era local, ou no máximo, nacional. Entre a fase concorrencial e a monopolista, teve a transição de tempo em cem anos, o movimento de concentração e centralização de capital, durante o período concorrencial, os capitalistas para manter sua condição tenderam, além de explorar a força de trabalho, competir entre si, ou seja, para manter apto ao movimento acumulativo do capital, foram as inovações tecnológicas, o recurso mediante competição. Essa tendência excludente nesta fase do sistema capitalista, contém em sua base acumulativa a redução da força de trabalho, em contra partida o aumento produtivo ao mesmo período de tempo do trabalho.

No século XIX transformações culturais, teóricas e ideológicas, o pauperismo fora tratado neste momento pelo conservadorismo ideo-político burguês como “Questão Social” de interesses progressistas, a compreensão da economia e sociedade. As novas ciências, naturais, sociais de forme cunho conservador progressista naturaliza, a pobreza, e a trata como problema historicamente existente e capaz de ser superada no desenvolvimento das forças produtivas, sem questionar sua particularidade, a indissociável ligação Questão Social fundada na exploração capital e trabalho. Em 1870 o capitalismo se encontra em fase de amadurecimento, devido o processo de concentração e centralização dos monopólios, a livre- concorrência e o liberalismo e mudanças na estrutura de poder do Estado.

O capitalismo monopolista abrange o auge o aumento de organização monopolistas, a internacionalização do capital, a Divisão Social do Trabalho, o imperialismo, o mercado mundial do capital, as mudanças na estrutura do poder Estatal (TAVARES, 2009, p. 11).

No decorrer das fases de acumulação capitalista, o Estado sempre foi necessário, seja durante a expansão ou estagnação modificando-se historicamente e estruturalmente, seu aparelho institucional serve como um mecanismo de reprodução social do trabalho e do capital, contudo um espaço de disputa de poder, entre os interesses da classe trabalhadora e da elite dominante. O Estado na posição de mediar a relação entre classes conduz as demandas da classe trabalhadora que vinha se acentuando para dentro do corpo burocrático, tratando através de políticas públicas. Segundo (BEHRING, 2009, p. 02), “O Estado capitalista

modificou-se ao longo da história deste modo de produção, a qual se faz na relação entre luta de classe e requisições do processo objetivo de valorização e acumulação do capital”.

A medida que o capital se desenvolve, modificando o processo de produção e o trabalho, modifica as relações sociais quanto as expressões da questão social, portanto a forma pela qual as Políticas Sociais se relaciona com o conflito, Capital *versus* Trabalho. Em suma, vimos que o conceito de Alimento de cada período histórico está intrínseco ao desenvolvimento das forças produtivas medindo desde a quantidade a qualidade nutricional de uma determinada sociedade, portanto o alimento é uma categoria constituída historicamente, contendo subjetivamente a forma que as relações sociais estão postas, ou seja, a forma como o trabalho estabelece a sociabilidade na produção da riqueza socialmente produzida.

3 PRODUÇÃO E ACESSO A ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

O presente capítulo será subdividido em dois subtítulos. O primeiro irá abordar o fortalecimento do capitalismo monopolista frente as políticas imperialista pós I e II Guerra Mundial. Tal momento histórico de expansão do capitalismo no mercado mundial, e sua relação com a industrialização e os desdobramentos dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil, com ênfase no processo histórico dos programas de alimentação como forma ideológica de manutenção das relações sociais capitalistas agrário dependente.

O segundo subtítulo tratarei da contemporaneidade, buscando analisar os programas de alimentação no contexto de ofensiva conservadora neoliberal, frente as crises cíclicas do capitalismo financeiro. Portanto quais as subjetividades do conceito de alimento defendido pelos últimos governos do Brasil, limites e possibilidades de consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional.

3.1 OS PRIMEIROS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A fim de delimitar um recorte histórico mais contemporâneo, aborda-se mais detalhadamente a história brasileira a partir do início do século XX, período em que o Brasil era um importante exportador de café no mercado mundial. O que se deu até o marco da crise de 1929, em que houve a redução da importação do produto brasileiro pelos Estados Unidos, ocasionando uma desvalorização dos preços do café. O que figurou como um “divisor de águas” no Brasil, impulsionando as elites oligárquicas da República Velha, representada pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, a investir no mercado interno, isso é, a financiar, o processo de industrialização no país (PADRÃO, 2014, p 59).

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil não rompe diretamente com a política externa agroexportadora dada sua importância no mercado mundial para a manutenção econômica dos países centrais, principalmente ao se tratar de produção alimentício. Portanto, se tratando do contexto de transição da economia agrária para a industrial, a condição de dependência colocou a economia brasileira em xeque, gerando insatisfação daqueles que trabalhavam no setor produtivo, que passam a se organizar e reivindicar direitos. Logo, esse período também é marcado pela forte organização sindical – diante a ausência de regulação e a grande exploração da força de trabalho – cujos movimentos grevistas somaram cerca de 124 greves de 1932 e 1933. Diante a isso, em 1930, a

Organização Internacional do Trabalho⁸, formula algumas demandas de regulamentação do trabalho ao Estado brasileiro, que culminará na criação do Ministério do Trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Lei sobre o salário mínimo e jornada de oito horas. Todas essas restritas aos trabalhadores urbanos, implicando uma regulação da relação capital e trabalho (PADRÃO, 2014, p.61).

Tais mudanças se deram durante o período de governo de Getúlio Vargas, que inicia um ciclo de produção com a indústria de base energética, fonte primeira para o desenvolvimento maquinário, produzindo assim a classe operária brasileira. Essa tem sua constituição fortemente representada pelos imigrantes italianos, pois os filhos de ex-escravos e indígenas, muita das vezes não detinha do conhecimento técnico e não eram priorizados, sendo os mais pauperizados, lançados a fome, as piores condições de trabalho, desprovido de direitos e marginalizados socialmente. Isto é, com a entrada da classe trabalhadora operária na luta política, fortemente influenciada pela experiência da luta de classes europeia vivenciada pelos imigrantes, tem-se na cena política brasileira a eclosão da “questão social”, que segundo Cerqueira Filho (1982, p. 21, apud Iamamoto, 2001), “por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”.

As relações sociais capitalistas são assentadas na propriedade privada e na forma que o trabalho é empregado no processo produtivo, na sua capacidade de transferir e criar valor à mercadoria na sua forma de contrato, ou seja, no tempo de trabalho pré-estabelecido, se trata da maneira em que os membros desta interagem entre si. O Estado de consolida na sociabilidade burguesa como um espaço de disputa de interesses dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. No final do século XIX o capitalismo em sua fase madura industrial, configurou uma realidade de exploração da força de trabalho, alinhado ao desemprego, logo a desigualdade social se acentua.

Acrescida da desigualdade social e do crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital (BEHRING; BOSQUETTI, 2009, p. 52)

A classe trabalhadora se configura como sujeitos políticos ativos, portanto sendo o trabalho a centralidade de extração de mais-valor, é na luta de classes, ou seja, na greve que se expressa à possibilidade de disputa antagônica entre capital e trabalho na formação de valor, no tempo

⁸ A Organização Internacional do Trabalho foi criada em 1919 pós primeira Guerra Mundial. Seu propósito é formular e aplicar normas internacionais ao trabalho (OIT, 2018).

médio socialmente necessário. A política social se torna uma estratégia utilizada pelo Estado para a manutenção da ordem social econômica logo que é um mediador de interesses, no qual atende às necessidades da classe trabalhadora, para o mínimo para sua reprodução. A fome considerada na sociabilidade burguesa uma expressão da questão social imediata aos indivíduos, foi tratada no início do século XX como “naturalizada”, naquele momento histórico subentendia-se que seria um problema da antiguidade da humanidade. Tratavam-se a pobreza sem questionar a propriedade privada dos meios de produção.

O modo, diante da organização da classe trabalhadora frente às condições de trabalho e luta por direitos, o Estado brasileiro investe na promoção da proteção social, embora essa tenha se dado sob a concepção de cidadania historicamente constituída na centralidade do trabalho, limitando a universalidade dos direitos sociais. O que traduz a concepção de cidadania regulada entendida, segundo (SILVA, 2006, P.4), “como uma condição somente para indivíduos que estiverem inseridos no mercado formal de trabalho”.

No bojo dos desenvolvimentos das políticas sociais brasileiras, a década de 1940 demarca a emergência da política de alimentação. Assim tem-se o Serviço de Alimentação de Previdência Social (SAPS), criado em 1940 e vinculado ao Ministério do Trabalho e Indústria e o Comércio (MTIC). Cabe observar que o Estado não tinha como objetivo sanar a questão da fome, mas atender às mínimas condições da reprodução da força de trabalho. Tendo visto que “a fome neste momento histórico foi tratada de forma naturalista, ou seja, uma causa natural, como acidentes climáticos, agravada pela escassez dos meios de comunicação, o que dificultava a interação de informações sobre saúde ou revoltas” (SILVA, 2006). A SAPS, portanto, buscou baratear o preço dos alimentos e promover a educação alimentar nutricional e higiênica, promovendo um conjunto de ações, dentre elas a implantação de diversos restaurantes populares em diferentes cidades. O que contribuiu para a aproximação dos trabalhadores do governo a fim de estimular uma adesão ao projeto político de Getúlio Vargas, como sinaliza Labbate (1998, p. 102):

Fazia com que se efetivasse melhor seu caráter de prática de estilo populista, própria deste período. O conagraçamento dos trabalhadores em torno da satisfação de uma necessidade básica - a alimentação - no caso oferecia a preço de custo pelo Estado em um ambiente ordeiro, asseado e alegre, só poderia resultar no estabelecimento de um laço simbólico de um laço simbólico entre o trabalhador e o Estado.

Posteriormente, em 1943, foi criado o Serviço Técnico de Alimentação (STAN), sendo a segunda agência pública de alimentação, funciona como órgão da coordenação de mobilização econômica com relação direta com os assuntos econômicos sociais – porém, foi extinto em 1967 (PADRÃO, 2014).

A Comissão Nacional de Alimentação, por sua vez, criada em 1945 e vinculada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, apresentou o objetivo de criar uma política nacional de nutrição. Tendo como diretriz a educação alimentar, teve participação na elaboração de propagandas de nível nacional fomentando o consumo de vitaminas, logo que a fome era tratada como fato nutricional e não econômico social. O Estado novo atribuiu suas ações e programas baseado no econômico, político e ideológico baseada em uma alimentação “Nutritiva e Segura.” Com isso, segundo Padrão (2014, p. 65),

O STAN modifica suas atividades para a área de tecnologia dos alimentos, integrando-as às expectativas da política econômica, visando à assistência e o apoio à produção agrícola e a indústria de alimentos, buscando aumentar esta produção, tendo como parâmetro as necessidades alimentares da população.

Entende-se, portanto, que o direito de alimentação, apesar de todo o avanço na forma de pequenas conquistas das/os trabalhadoras/es durante o Estado Novo, dialeticamente, ela também desenha uma estratégia de controle da classe trabalhadora via políticas implementadas pelo governo populista.

Apesar dos marcos destacados, ratifica-se que os programas e serviços oferecidos contemplavam apenas uma pequena parcela da população, Isso é,

A fração da classe trabalhadora, urbana e rural, mais atingida e desprotegida, dispersa e desprotegida, dispersa e desorganizada, e portanto, com menor capacidade de causar maiores danos políticos, aos poderes constituídos, permanecia sem atendimento. Os poucos estudos realizados sobre o consumo alimentar da classe trabalhadora apontavam uma dieta com baixo teor calórico, de vitaminas e sais minerais, que seria responsável por altas taxas de mortalidade e baixa expectativa de vida (VASCONCELOS, 2005, p. 13).

Diante a isso, um grupo de médicos nutrólogos, liderado por José de Castro, realizaram um levantamento dos dados alimentares de 1935 a 1938, identificando a fome como um dos mais graves problemas de saúde pública entre a classe trabalhadora. A partir desse panorama, entendeu-se a fome como desnutrição, como resultado do arranjo econômico e político brasileiro. Ou seja, a fome expressa na realidade brasileira, impõe, por um lado, a necessidade de garantir uma nutrição mínima a subsistência do trabalhador, e, por outro, a necessidade de assegurar a reprodução da força de trabalho necessária aos processos de produção do sistema capitalista brasileiro. Esta época pós II Guerra Mundial houve um avanço nas forças produtivas, marcando o momento da Guerra Fria, a “questão social” relacionada aos países periféricos, a fome em especial no final da década de 60 é tratada como um problema de “subdesenvolvimento” (PADRÃO, 2014, p. 73). A revolução verde foi argumentada pela a necessidade de desenvolvimento do atraso técnico dos países periféricos e

uma possível solução a fome do mundo, em contra partida se trata de uma estratégia de cunho neoliberal em resposta a crise do capital nos anos 70.

A década de 1950, por sua vez, demarca a transformação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em um comitê nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).⁹ Outro destaque se dá, em 1953, é elaborado o primeiro Plano Nacional de Alimentação (PNA) sendo um marco para a política social de alimentação e nutrição no Brasil, mencionando a necessidade de cuidar da desnutrição. Posteriormente, a partir de 1955, com a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vinculado ao Ministério da Educação Escolar (PNAE) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que promove várias ações através da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) (PADRÃO, 2014).

Com início do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, e seu slogan “50 anos em 5”, emerge o projeto de desenvolvimento internacionalista de abertura econômica e produtiva ao capital externo. Nesse período, atribui-se a problemática da fome ao discurso do subdesenvolvimento do país, elencando a necessidade de metas de investimentos econômicos a serem realizados afim de eliminar a pobreza. No bojo desse entendimento, as políticas sociais foram desfavorecidas, logo que a causa da fome é tratada como industrial-produtivo (PADRÃO, 2014).

No que tange a década de 1960, tem-se, em 31 de março de 1964 o Golpe Militar, que levou o general Castelo Branco instruí a Lei de Segurança Nacional, abolindo os mecanismos democráticos de representação política, como também todos os direitos civis e constitucionais, através dos Atos Constitucionais. Nesse período, o Brasil que já havia herdado altas taxas inflacionárias dos outros governos com um déficit público, implementou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) com o objetivo de aumentar as taxas de crescimento econômico, e para isso promoveu um congelamento de investimento em políticas públicas durante todo o período ditatorial, afim de reduzir os gastos públicos (PADRÃO, 2014).

A década de 1970, por sua vez, ainda imerso no regime de ditadura, compreende em seu início o período conhecido como o “milagre econômico” no Brasil, em que, segundo (PADRÃO, 2014, p. 80), se deu “com forte apoio do capital internacional, que em pouco

⁹ A Conferência Latino-Americana de Nutrição ocorrida em 1948 e 1950 em Montevideu e Rio de Janeiro respectivamente organizou ações prioritárias para os países latinos americanos encaminhados pela FAO como projetos de assistência técnica a serem executados no campo da alimentação (PADRÃO, 2014).

tempo gerou um acelerado crescimento, com taxas de 5% ano, em 1967, para mais de 11% em 1973”. Entretanto, com a queda das taxas de acumulação do capitalismo, a partir de 1973 e 1974 nos países centrais, incidi sobre a periferia um conjunto de mazelas, dentre essas a fome, que passa a ser associada a baixa produção de alimentos, gerando uma intervenção nos países subdesenvolvidos. Diante a isso, os organismos internacionais passam à incentivar as políticas de alimentação e nutrição. No entanto, diante ao congelamento de investimentos nas políticas sociais que se deu nos governos anteriores, essas continuam a compensatórias e focalizadas (PADRÃO, 2014).

Nesse contexto, a classe trabalhadora e os movimentos sociais ficaram impedidos de se manifestar diante a forte repressão do governo nacional, que segue alinhado a burguesia internacional, que busca a ampliação do mercado afim de estabelecer ações favoráveis ao acúmulo capitalista. Além disso, afim de desarticular movimentos sociais e atenuar conflitos, as políticas sociais foram requisitadas, e em 1974, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que ampliou a cobertura previdenciária para algumas categorias de trabalhadores (PADRÃO, 2014).

Diante o que foi visto até aqui, cabe destacar que as políticas de combate à fome e desnutrição de 1940 a 1971, segundo (Silva, 2006) são verticais e centralizadas, pois tinham uma perspectiva desenvolvimentista. Nesse sentido, a fome é entendida como um problema resolvível pela industrialização, ou seja, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista o subdesenvolvimento seria solucionado na América Latina (PADRÃO, 2014).

Observando a continuidade do desenvolvimentos das políticas voltadas a promoção da alimentação no Brasil, observa-se que, em 1972 é criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), uma autarquia federal ligada ao Ministério da Saúde, que coordenou programas e projetos na área de suplementação alimentar para alguns grupos específicos: gestantes, nutrízes, crianças e trabalhadores de baixa renda. O INAN também foi responsável pela elaboração do I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), em 1973-1974, que, no entanto, não teve êxito na implementação de suas metas de incentivo ao pequeno agricultor, diminuição da pobreza da população marginalizadas, educação alimentar, etc. Apesar disso, logrou relevante influência ideológica, com o slogan “Nutrição e desenvolvimento”, que, segundo (PADRÃO, p. 82)

Seus idealizadores, técnicos da burocracia Estatal, se buscava dar um caráter mais técnico aos programas, com ênfase nos aspectos clínicos e biológicos em contra posição ao caráter político social que chegou a prevalecer em períodos anteriores, protagonizados por Josué de Castro.

Cabe pontuar que o I PRONAN surge não por iniciativa do governo brasileiro, mas foi um resultado de planejamento internacional que passaram a nortear os programas nacionais de alimentação e nutrição. Nesse sentido, destaca-se em âmbito internacional a Conferência Mundial de Alimento, realizada em Roma, em 1974, em que as nações discutiam as possíveis soluções para a fome no mundo. Neste momento a fome estava sendo entendida no debate como falta de alimentos, o debate também já permeava as universidades, imprensas e sindicatos frente o cenário das precárias condições de vida da classe trabalhadora (PADRÃO, 2014, p. 82).

O II PRONAN foi executado, a parti de 1976, vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Social, com objetivo de suplementação alimentar de forma focalizada, por exemplo, à gestantes e crianças de seis a sessenta meses, famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. Além disso, promove a distribuição de alimentos *in natura*, na expectativa de cobrir cerca de 45% das necessidades nutricionais, através de refeição ou cestas de alimentos subsidiadas pelo Estado e empresas privadas. Desse modo, junto com o Programa de Nutrição em Saúde- PNS/Ministério da Saúde, o II PRONAN estava organizado em três linhas: A) Suplementação alimentar (grupos específicos); B) Produção e comercialização de alimentos; C) A educação alimentar (PADRÃO,2014)

Em 1976, além do II PRONAN, destaca-se o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) do Ministério do Trabalho, que funcionou com objetivo de melhorar o consumo alimentar e saúde dos trabalhadores por meio do fornecimento de alimentos no local de trabalho ou por meio de cestas básicas ou “Tickets” de alimentação (PADRÃO,2014,84). Observa-se que as empresas, ao adotar o programa, gozavam de isenções fiscais. Assim, o PAT ampliava o acesso a alimentação e também contribuía para o controle do trabalhador, colaborando com o aumento da produtividade, devido a diminuição do absenteísmo e dos acidentes de trabalho. Desta forma, era possível atender às demandas do capital e atenuar os conflitos, associando objetivos econômicos, sociais e ideológicos. Isso é, como expõe Padrão (2014, p. 84).

Segundo (Cassino, 1980) ‘Na lógica econômica política, o PAT cumpria uma função de proteção e valorização da força de trabalho, em tempos de arrocho salarial, sem alterar o lucro dos capitalistas simultaneamente expressava preocupação de justiça social apontando uma perspectiva de carácter ideológico, garantindo a submissão do trabalhador às condições impostas pelo capital’.

Durante a ditadura, portanto, a falta de investimentos gerou o carácter descontínuo das políticas de alimentação, sendo esse o principal fator para as dificuldades de implementação dos programas elaborados. Nesse sentido, a efetivação apresenta melhoras

apenas a partir de 1982, com o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL). Outro ponto atribuído aos desafios de execução é a burocracia que envolve liberação de orçamento, impedimento a execução dos programas de alimentação neste período. (PADRÃO, 2014, p. 84).

Em suma, durante o período ditatorial, a fome foi interpretada pelo Estado apenas por condições biológicas, nutricionais e de produção, deixando de questionar as condições históricas da formação da sociedade brasileira e a desigualdade que a permeia. Isto é, acerca do balanço das políticas de alimentação implementadas no Brasil, pode se afirmar que são caracterizadas como verticais e centralizadas em nível federal. Além disso, a produção e comercialização de alimentos trata-se do ciclo da mercadoria/alimento, pois sua produção foi efetivada por dois programas estatais com articulação com Companhia Brasileira de Alimentos, perdurando até o estabelecimento da Constituição de 1988.

Diante ao conteúdo abordado, buscaremos na próxima seção analisar o desenvolvimento das políticas brasileiras para a alimentação no marco do capitalismo contemporâneo.

3.2 CAPITALISMO CONTEMPORANEO E ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

O capitalismo contemporâneo emerge após a crise orgânica do capital na década de 1970, sendo caracterizado, principalmente, pela acumulação flexível, neoliberalismo e mundialização do capital. Desse modo, ele é antecedido pela chamada “Época de Ouro” do capitalismo que, de 1940 a 1970, devido ao avanço das forças produtivas alinhado a um período de maior acumulação, foi caracterizado pelo modelo fordista¹⁰, o “Welfare State”¹¹ e ancorado teórico-metodologicamente no keynesianismo¹².

No capitalismo contemporâneo, por sua vez, o estado social será reorganizado pelas reformas propostas pelo neoliberalismo, de forte caráter regressivo aos direitos sociais e da proteção social “trata-se de uma ‘contra-reforma’ já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, com um resgate extemporâneo das ideias liberais”

¹⁰ “Fordismo se refere a produção em massa de um produto, um sistema de linhas de produção, criado em 1914 pelo norte americano americano Henry Ford. Foi um modelo que surgiu depois a partir da racionalização do capitalismo” (SIGNIFICADOS, 2018).

¹¹ Welfare State designa-se ao Estado de Bem- Estar Social. Época de ampliação dos direitos sociais na Europa. O capitalismo se encontrava em expansão.

¹² Keynesianismo se trata de uma teoria econômica, se opõe ao liberalismo. Sendo o Estado responsável pelo controle da economia nacional, com o objetivo de alcançar o pleno emprego (SIGNIFICADOS, 2018)

(BEHIRING 2006, p.3). Desse modo, o perfil do Estado, portanto, como aponta Behiring (2009, p.4) “apresenta perda de autonomia, está subordinado e paradoxalmente estrutural” e sua função social passa ser muito bem definidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) junto ao Banco Mundial (BM), estes responsáveis pela regulação financeira e comercial internacional respectivamente. Isto é, o perfil atribuído ao Estado Neoliberal, desenhado pelos organismos internacionais, são caracterizados pela política de austeridade fiscal e política, sendo a atribuição imprescindível, via a aplicação de incentivos fiscais, do processo de liberalizações e desregulamentação da economia. Desse modo, o controle democrático do estado tem a tendência a diminuir, portanto,

A hegemonia burguesa no interior do Estado reafirma-se de forma contundente como o neoliberalismo, cujas as políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo em nome da participação nos processos eleitorais [...] (BEHRING, 2009, p. 5).

No que se refere a centralidade do trabalho, no modo flexível de produção, a força de trabalho cai a participação dos salários na renda nacional, flexibiliza-se as relações de trabalho; mudanças que visam possibilitar que as empresas capitalistas, principalmente as de capital externo, garantam maior extração de mais-valor. A acumulação flexível, ademais, representa ao capital transnacional a maior descentralização da produção, buscando a diminuição de gastos produtivos em matéria-prima e força de trabalho, impulsionando a degradação ambiental e a precarização do processo de trabalho. Esse último, por exemplo, pode ser caracterizado pela onda de terceirização da década de 70 em diante, modificando a forma pela qual o contrato irá incidir entre empregador e trabalhador. Além disso, essa alteração no modo de produção é caracterizada pelo maior incremento tecnológico, logo aumento do capital fixo e redução do capital variável.

Em consequência, o processo de produção é caracterizado pela mescla de relações e técnicas modernas e precárias, originando uma maior produção de mercadorias, entretanto, mediante a extração de mais-valia baseada no aumento da produtividade do trabalho e da superexploração do trabalhador. Isto é, segundo Behring (2009, p.) “sendo relações de trabalho estáveis e precárias novos processos produtivos que mesclam no toyotismo com práticas fordistas e até processos que retomam o processo simples de produção de mercadorias”.

Acerca disso, no governo brasileiro de Fernando Collor de Mello, a contrarreforma já vislumbrava um ataque do capital externo junto ao capital financeiro à classe trabalhadora, de impacto imediato ao cotidiano da mesma. Assim, “a contrarreforma trabalhista apresenta, das mais espoliadoras para os trabalhadores, previa a flexibilização das

Leis Trabalhistas e a supressão de direitos e conquistas históricas” (PADRÃO, p. 105). Desse modo, se objetivava fomentar a competitividade e a abertura comercial e financeira, “com destaque aqui para o capital financeiro e o papel das dívidas como instrumento de pressão político-econômico e chantagem sobre os Estados nacionais para que implementem suas políticas e não enxerguem a soberania” (BOSCHETTI, 2009, p. 5).

O estado, portanto, com menor soberania, não se responsabiliza pelas necessidades da classe trabalhadora, deixando a cargo das instituições privadas e do terceiro setor responder pelas expressões da questão social. Logo, no percorrer dos seguintes governos, a fome e pobreza serão tratadas com maior ou menor grau de intervenção, toda via nenhum trata a questão como ordem estrutural. O que se dá, inclusive, durante o governo PT que, contraditoriamente, busca lidar com a diminuição da fome ao mesmo tempo em que promove o aprofundamento dependente das relações econômicas internacionais.

Nesse bojo, o imperativo se torna a regulamentação das taxas de inflação, por um lado, e as políticas sociais paternalistas, por outro. Portanto, ainda que a conquista da constituição Cidadã de 1988, tenha representado uma vitória parcial ao projeto democrático – devido aos direitos sociais à saúde, assistência e previdência como “direito e dever do Estado” de todo e qualquer cidadão brasileiro – essa não se materializará nos anos posteriores. Ainda assim, movimentos sociais, militantes e sociedade civil articulada disputaram, pós abertura democrática, o controle e participação na elaboração das políticas sociais, legitimando uma política descentralizada e que atendesse as necessidades particulares de cada território. Estes desdobramentos se deu primeiramente na política de Saúde, o Sistema Único de Saúde, nasceu depois da VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, em que emergiram as primeiras referências ao conceito de segurança alimentar (CONSEA,2010).

O avanço do neoliberalismo, portanto, transfere o entendimento do “direito do cidadão” para “direito do consumidor”, em que o acesso a serviços e benefícios sociais é por intermédio do mercado, configurando uma das consequências do desmonte da seguridade social e um progressivo rompimento com a universalidade. O governo de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, conduziu as restrições dos direitos sociais, com o apoio do FMI, recebendo investimentos externos dos EUA, afim de avançar o projeto da contrarreforma. Assim, a privatização da seguridade social, foi aprofundada na década de 1990, cuja política de governo apresentava como slogan “Privatizar é a saída, pois tudo que é Estatal não funciona” (PADRÃO,2014, p. 105). Acerca do processo de contrarreforma cabe ressaltar que:

As medidas amparas pela entrada do capital internacional atraído pelas privatizações e altas taxas de juros praticadas, ao mesmo tempo em que seduziram o capital especulativo, geraram o aumento acentuado da dívida pública, que ao final do governo, atingiu valores da ordem de 630 bilhões de reais (SINGER, 2005, p. 171).

Apesar desse contexto, a década de 1990, apresenta avanços na consolidação da concepção do direito ao acesso aos alimentos como sendo fundamental para atingir uma condição de segurança alimentar. Isso porque, o tema “Segurança Alimentar” ganhou decisiva visibilidade ao ser incorporado pelo movimento pela ética na política de ampla mobilização nacional. Esse movimento ficou conhecido com ação da cidadania contra a fome e pela vida, organizada por Betinho¹³, e configurou-se como um movimento muito importante para o combate a fome pós-impeachment de Collor, sendo pautado na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (1991) como forma de combater a fome com transformação da estrutura (IBASE, 2017).

Posteriormente, tem-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)¹⁴, criado em 1993, no governo de Itamar Franco, que pode ser entendido como um marco na história política brasileira no que se refere a participação sobre decisões da produção e consumo de alimentos. Isso porque, no ano de 1994, na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, membros do conselho e os demais participantes delimitaram as diretrizes da Política de Segurança Alimentar. Apesar disso, em 1995, no governo de FHC, tem-se a extinção do CONSEA¹⁵, que foi recriado apenas no ano de 1993 (MDS, 2017). Nessa trajetória de construção, cabe destaque a formulação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), definido durante o II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em Olinda, no ano de 2004. Esse conceito, posteriormente, é regulamentado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituída em 2006, pela Lei 346/2006, que o define como:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

13 Essa ação foi fortemente articulado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) pela Ética na Política trouxe a Ação da Cidadania contra a Fome e à Miséria e pela vida, seu objetivo foi despertar consciência do direito à cidadania através da criação de comitês locais e da elaboração e implementação de projetos de combate à fome e à miséria (IBASE, acesso em: 30/11/2017 Disponível em: <http://ibase.br/pt/betinho/>. 2017)

14 O CONSEA é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o SISAN, cujo objetivo é ser um espaço de controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (MDS, 2017).

15 O CONSEA é extinto pelo Decreto nº 1366 de janeiro de 1995 (MDS, 2017).

Esse conceito de SAN, portanto, integra a LOSAN, cujo objetivo é instituir o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cujo elementos integradores são as Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o CONSEA; a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos. Assim,

Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

Posteriormente a homologação da Lei 346/2006, tem-se em 2007, a realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cujo tema: “Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional”. Nessa, incorporou-se a ideia de segurança alimentar e nutricional como parte da política de desenvolvimento econômico e o Programa de Alimentação Saudável (PAS).

Não obstante esse histórico contraditório de avanços, apenas em fevereiro de 2010, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, tem-se a legitimação constitucional do Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil. Isso porque, esta passa a estar incluída no rol dos direitos sociais. Nesse sentido, o país se coloca de forma atrasada no processo de legitimação ao direito a alimentação, tendo em vista que este é previsto, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de; em 1966, no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e, em 1999, no Comentário Geral nº 12 da ONU. Assim, somente após um árduo processo de mobilização social inclui-se a alimentação no artigo n. 6 da Constituição Federal do Brasil, que estabelece:

Art. 6 - São direitos sociais a educação, saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Posteriormente, com vistas a regulamentar o SISAN, quatro anos após a Lei 346/2006, em agosto de 2010, tem-se a promulgação do Decreto 7.272/2010, que institui e define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), bem como estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). No que tange a PNSAN, cabe destacar que seu princípio constitucional é a integração da ação intersetorial, compreendida como estratégica na integração de recurso gerencial, financeiro e humano, de forma articulada as

estruturas do Estado; e também na promoção das ações delimitadas pelas agendas e programas
Assim,

Art.2º-Fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, na forma do art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.

Isto é, esse decreto regulamenta a PNSAN, estabelecendo que essa será viabilizada através do planejamento contínuo e sistemático, através do PLANSAN, como analisaremos no capítulo a seguir.

4 CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DO PLANSAN

Ao longo das últimas décadas a estrutura econômica brasileira recebeu novos agentes responsáveis pela alimentação, uma cadeia de produtiva de valor, com características econômicas fundadas nos moldes do capitalismo financeiro especulativo, que passa a nortear completamente a produção agrária. Somado a isso, o país veem atendendo as exigências das metas milenares da ONU após o ano 2000, nos moldes das políticas sociais do Banco Mundial, criando um cenário de serviços públicos e benefícios sociais focalizados nos extremamente pobres.

É nesse contexto que se insere a construção do II PLANSAN (2016-2019). Assim, o plano, alinhado às metas da ONU, traz diretrizes para a intervenção do Estado, caracterizada pela aparente intenção de apaziguar o conflito entre capital e trabalho. No entanto, em essência observa-se a focalização das políticas sociais e o aumento do assistencialismo.

Neste capítulo, portanto, será abordado análise documental do II PLANSAN, tendo, como finalidade, identificar o conceito de alimento empregado no documento. Para isso, buscaremos conhecer, primeiramente, o processo de formulação do plano, identificando os sujeitos participantes e a metodologia utilizada; no segundo momento, visa-se refletir sobre objetivos e diretrizes proposto no plano.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO PLANO

O PLANSAN, Decreto 7.272/2010, é definido como “o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da PNSAN”, devendo “[...] ser construído intersetorialmente pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo CONSEA a partir das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, sendo revisado a cada dois anos. Destaca-se ainda que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que aderirem ao SISAN, deverão elaborar planos nas respectivas esferas de governo”. Desse modo, é definido no decreto que

Art. 19. O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:
I- conter análise da situação nacional de segurança alimentar e nutricional;
II- ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;
III- consolidar os programas e ações relacionados às diretrizes designadas no art. 3º e indicar as prioridades, metas e requisitos orçamentários para a sua execução;
IV- explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades da União integrantes do SISAN e os mecanismos de integração e coordenação daquele Sistema com os sistemas setoriais de políticas públicas;
V- incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos

populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero; e
VI- definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

O PLANSAN, portanto, deve representar a concretização das deliberações efetuadas via participação nas conferências, tendo sido construído em duas edições, sendo o primeiro referente ao período de 2012 à 2015, e o segundo, de 2016 a 2019, objeto dessa análise. Além disso, na elaboração do PLANSAN deve: ser articulado, pelos componentes da CAISAN, a realização de ações intersetoriais; constar a análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; ter duração quadrienal e ter vigência correspondente ao Plano Plurianual (PPA), dentre outros elementos.

No que tange ao Plano Plurianual, esse trata-se de um instrumento previsto no Art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública. Logo, ele contém um conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos. Por isso, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2018)

O Plano de Segurança alimentar e Nutricional deve ser coerente e compatível com as diretrizes que orientam a administração pública, expressa no PPA. Para consolidar os programas e ações relacionadas às diretrizes da PNSAN apresentadas no Art. 3º 7.272/2010 e indicar as prioridades, metas e requisitos orçamentários para sua execução.

Diante a isso, a formulação do PLANSAN (2016-2019) ocorreu durante a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada nos dias 05 e 06 de novembro de 2015, onde elaborou-se as prioridades para o plano em conjunto com as metas do PPA (2016-2019). A primeira versão foi aprovada pelo CAISAN em 05 de junho de 2016, em que contou com 100 gestores e técnicos, membros do CONSEA e representantes da sociedade civil. Cabe destacar que, os dois planos articularam o Direito Humano à Alimentação, estabelecendo “Garantia do direito humano à alimentação adequada saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional”.

Posteriormente, em 2016, nos dias 09 e 10 de março, um seminário foi realizado para construção do novo plano, sendo apresentado na XXI Plenária do CONSEA, em 29 e 30 de junho de 2016. Assim, o Pleno Executivo do CONSEA, aprovou o referido plano em 05 de maio de 2016.

4.2 ELEMENTOS CONSTITUINTES DO II PLANSAN (2016-2019)

O planejamento público se configura enquanto uma estratégia de ação norteada por finalidade final deliberada. Nesse sentido, as finalidades do II PLANSAN, estão estabelecidas em oito diretrizes:

- I- Promoção do acesso universal a alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- II- Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica de promoção, extração, processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e informação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano a alimentação adequada.
- III- Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano a alimentação adequada.
- IV- Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas pra quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que o trata o Art. 3º, inciso 1, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro, povo indígenas e assentados da reforma agrária.
- V- Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção de saúde, de modo articulado às demandas de segurança alimentar e nutricional.
- VI- Promoção ao acesso universal a água de qualidade em quantidade suficiente, com prioridades a famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e da agricultura.
- VII- Apoio a iniciativas da promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.246, de 2006; e
- VIII- Monitoramento de realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Acerca dessas, podemos afirmar, diante dos capítulos anteriores, que a Segurança Alimentar e Nutricional está focalizada nos extremamente pobres, sendo vislumbrada como uma estratégia de enfrentamento da pobreza. Isso porque, em contexto de barbárie do capital, frente as crises econômicas e o roubo do fundo público, os limites subjetivos dos avanços das diretrizes I, II, III, IV, VI e VII encontram-se estruturalmente limitadas no que tange ao direcionamento à *promoção* de acesso *universal* à alimentação saudável.

Outro elemento a ser refletido, diz respeito aos limites dos processos educativos. Isso porque, o incentivo educativo publicitário pode promover práticas saudáveis, como expõe Leão e Castro (2007, p. 530):

As ações de incentivo são aquelas que difundem e motivam os indivíduos a adotarem práticas saudáveis, as ações de apoio o visam a facilitar opções saudáveis, entre pessoas que já estejam motivadas, e as de proteção pretendem evitar a exposição de indivíduos e ou coletividades a fatores que estimulem práticas não saudáveis.

Toda via, o quadro de desnutrição e obesidade, endêmico no Brasil, representa as contradições existente entre a produção de alimentos e o acesso a alimentação saudável. Nesse sentido, observa-se que os alimentos de maior disposição nos mercados alimentares são hipercalóricos e de baixo teor nutritivo. Isto é, o alimento, produto dotado de mais-valor,

figura sob a ordem do capital como mercadoria, ou seja, em última instância está o interesse em seu valor nutritivo. Sendo assim, o alimento dotado de tecnologia, leia-se produtos industrializados ou super-industrializados, atualmente de maior facilidade de acesso, principalmente devido ao baixo preço, se torna meio determinante de consumo, logo objeto de publicidade. Portanto, o que se observa é que, na atualidade,

A transição nutricional é caracterizada pelo aumento do consumo de gorduras, açúcares, sal além de alimentos processados e ultra-processados, que nem sempre são benéficos para a população, em detrimento de alimentos inerentes à cultura e aos hábitos regionais (PADRÃO, 2012, p.54)

Sendo assim, a desnutrição histórica da classe trabalhadora demonstra uma mudança de perfil, passando de baixo peso a sobre peso, sem que a desnutrição seja subsumida no fenômeno da obesidade. Isto é,

No Brasil, diferentemente do que vem ocorrendo nos países centrais e em alguns vizinhos latino-americanos, a transição epidemiológica se caracteriza pela superposição de dois cenários, ou seja, as doenças infecciosas, que não foram superadas, convivem concomitantes com as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, estabelecendo o que usualmente se convencionou denominar como dupla carga de doenças (PINHEIRO, 2008, p. 121)

Isso porque, fome tem haver com nutrição e não com volume corporal, isso é, esse fator incide na questão da fome no que tange a forma como ela é entendida politicamente. Desse modo, se analisarmos esse elemento, no contexto da relação produtiva, a circulação de alimentos “in natura” está imersa nas relações de financiamento bancário do Governo Federal ao capital financeiro internacional; indicando que a continuidade da política pública brasileira na absorção das necessidades de acumulação capitalista.

Nesse sentido, a fome, enquanto expressão da “questão social” se impõe no Brasil, enquanto país periférico, e demonstra profundas complexidades, enraizadas historicamente. Sendo assim, não pode-se afirmar que a pobreza é sinônimo apenas de desnutrição aguda, mas, devido ao contexto da produção alimentar no atual estágio do capital, a mercadoria alimento promove também a obesidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza possuidora das mais diversas matérias primas, impulsiona vários processos de trabalho, que variam no nível de desenvolvimento de cada um dos determinados tempos históricos. Assim, “a vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida”. Isso é, a vida enquanto movimento com a natureza, interação com o meio, atividade transformadora e consciente, possibilita ao ser humano produzir universalmente através do trabalho. Logo, quanto mais universal ele é, tanto mais universal é o domínio da natureza, ou seja, o meio ambiente é o meio de vida imediato, fértil em valores de uso, objeto, matéria prima.

Com o decorrer do tempo, a propriedade privada dos meios de produção conduzem a acumulação de valores e ao rompimento do metabolismo do ser humano com a natureza, em que as técnicas não objetivam a harmonia com a biosfera, e sim a criação de valor. Com a sociedade capitalista, portanto, o capitalista, proprietário dos meios de produção, visa o constante aumento da produtividade pelo avanço das forças produtivas, que marca diferentes tempos históricos, em que, apropriando-se dos conhecimentos científicos acresce no capital fixo¹⁶, aumentando a produção de mercadorias e diminuindo o tempo socialmente necessário, bem como reduzindo o emprego de força de trabalho, logo de trabalhadores/as.

Tem-se, portanto, a contradição entre capital e trabalho, o primeiro é assentado na desvalorização do capital variável (força de trabalho) aumentando a composição orgânica do capital e a super valorização do capital constante (tecnologia) objetivando sempre maior produtividade e fortalecimento competitivo. Tal ideia de desenvolvimento é alinhada a sociabilidade burguesa, logo que o princípio teórico-metodológico e ideo-político hegemônico é o liberalismo da economia de mercado, onde se concebe os conceitos de liberdade, da sociedade burguesa.

Sendo assim, a produção de valor de uso fica em segundo plano, o que, segundo “produz um estranhamento do homem frente ao reconhecimento do próprio homem, devido a nova forma econômica política sustentada do modo de produção capitalista” (MARX, ANO, p. 82). Tem-se, desse modo, o trabalhador servo do objeto, sujeito reificado, que obtém os meios de subsistência através do salário, via trocas no mercado, e de políticas sociais focalizadas e assistencialistas – seu limite é existir.

¹⁶Capital constante acrescido mais-valor incorporado no ciclo do capital produtivo.

Destarte, o cenário que se apresenta é inteiramente novo, o trabalho não se objetiva para o desenvolvimento igualitário da sociedade, pois, sendo mediado por contrato se limita ao trabalho alienado. Logo, ocorre à valorização da produção de mercadorias em função da desvalorização do homem, o trabalho, e seu resultado do processo de trabalho não pertence ao trabalhador. Isto é, o objeto é o produto do trabalho, mas passa a figura como esta “coisa”, caracterizada como estranha e independente de quem produz, externo a quem produz, em que a efetivação do trabalho aparece como perda do objeto, à subsunção do homem do seu processo criativo, ou seja, a *desefetivação* do trabalhador.

No bojo da constituição da alienação do trabalho, o ser humano, enquanto ser social genérico, ao se relacionar consigo junto ao trabalho estranho inverte a relação a tal ponto que o homem, em sua atividade consciente transfere seu trabalho vital apenas como um meio para sua existência, degrada o corpo físico e a saúde mental, além de promover a destruição contínua da natureza. Diante a isso, tendo em vista a abordagem histórica da relação entre ser social e alimentação, vimos que o alimento agrega, à sua constituição enquanto necessidade natural, o seu aspecto de condição social, constituído pela ampliação do desenvolvimento das forças produtivas e do mundo da cultura.

É, no entanto, no modo de produção capitalista, que o alimento torna-se mercadoria, sendo que, por outro lado, é requerido pela classe trabalhadora, e, contraditoriamente, regulamentado legalmente pelo Estado como direito. Nesse sentido, da pesquisa documental do II PLANSAN (2016-2019) elenca-se alguns elementos para reflexão.

Há, obviamente, de se reconhecer o avanço nos marcos regulatórios que reconhecem a alimentação enquanto direito, com destaque para a intersetorialidade e descentralização na promoção das ações para a viabilização do PLANSAN, como por exemplo o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, instituído através do Decreto n. 8.553/2015, com o objetivo de ampliação aos estados, distrito federal, municípios, sociedade civil, organismos internacionais e setor privado; além de criar condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos, visando o combate ao sobrepeso, a obesidade e as doenças causadas por maus hábitos alimentares.

Contudo, gostaríamos de destaca que, apesar de sinalizar avanços na construção da cidadania, cabe destacar a compreensão de que o conceito de segurança alimentar e nutricional refere-se ao direito de todos terem alimentos básicos e de qualidade em quantidade suficiente, respeitando características culturais e tradicionais do povo; entretanto, sem

apresentar questionamentos acerca da forma de produção e de acesso ao alimento. Isso porque, historicamente, a questão da fome e da miséria no Brasil foi tratada como emergencial e não vista como um problema econômico e político. Assim, sempre lidou com a fome através da doação para consumo direto e de forma focalizada e compensatória.

Outro elemento de destaque é o Governo de Getúlio Vargas, em que os programas de alimentação possuíam a centralidade no trabalho, vinculados ao Ministério do Trabalho e Indústria. Nesse período, igualmente, conclui-se que as ações do governo brasileiro via redução dos preços dos insumos alimentares, educação alimentar, distribuição de alimentos através de implementação de restaurantes nas cidades em desenvolvimento, não possuíam como objetivo central a erradicação da fome. Isso porque, constituídos de forte cunho ideológico, as ações e programas apresentam-se com diretrizes na educação alimentar, elaborando propagandas ao nível nacional e fomentando o consumo de vitaminas e nutrientes, porém sem apresentar profunda reestruturação na relação entre produção e consumo. No período, posterior, marcado pelo desenvolvimentismo dos anos 1950 ao final da década de 1970, a fome é colocada como subdesenvolvimento dos países periféricos, tendo as políticas de bases econômicas sociais implementadas de acordo com as demandas do FMI e do BM. Sendo a fome e a pobreza limitadas às condições biológicas e nutricionais, a ideologia do “milagre econômico” foi sustentada pelo slogan “nutrição e desenvolvimento”.

Portanto, ainda diante o reconhecimento da alimentação enquanto direito humano, pela ONU, o Brasil a regularizou enquanto direito constitucional apenas cerca de cinquenta anos depois. Sendo assim, no início do século XXI, a problemática da pobreza e da fome se constituiu como objeto de intervenção do governo dos trabalhadores, sendo essa, feita de forma mista entre transferência direta de renda e a continuação da distribuição de cestas básicas. O PT, desse modo, assumiu a continuação da restrição orçamentária às políticas sociais, tornando-as compensatórias, focalizadas nos pobres e de caráter gerencial da desigualdade social. O que causou um impacto material na vida cotidiana dos familiares, mas, por outro lado, o impacto positivo de forma aparente, promoveu uma cortina de fumaça para que desse continuidade aos pactos com os organismos internacionais, afim de centralizar suas ações no controle do mercado e de aprofundar a viabilização dos interesses do capital financeiro em manter o Brasil como um país dependente e agroexportador de *commodities*.

Diante a pesquisa realizada, por fim, pode-se concluir que as intervenções do Estado brasileiro, no que tange às políticas e programas alimentares, se constituíram como forma de *controle social*, no que **se refere a ideologia cultural capitalista**. Conclui-se, assim,

com a análise documental do II PLASAN, a prova real desta característica de continuidade, agravada pela atual barbárie do capitalismo, sobre a crise ambiental, política, econômica e moral.

REFERENCIA

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. Biologia das células. São Paulo: Moderna, 2004.

BEHRING, E. R. Política Social no contexto da crise capitalista. (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea>. Acesso em: 2017.

CASTRO, J. Alimentação à Luz da Geografia Humana. Rio de Janeiro: Globo, 1937.

CASTRO, J. Geopolítica da Fome. 3.ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

Dicionário de Latim. Disponível em: <<https://www.dicionariodelatim.com.br/homo-sapiens/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2017.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. História da alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBASE. Betinho, símbolo de cidadania Disponível em: <<http://ibase.br/pt/betinho/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

L'ABBATE, S. Fome e Desnutrição: Os descaminhos da Política Social, 1988, p. 102. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Departamento de ciência sociais, Universidade de São Paulo, 1998.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. 2 ed. São Paulo: BoiTempo, 2010.

MARTINS, A. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho. In: Agroecologia na educação básica – questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, K. Grundrisse. São Paulo. BoiTempo; Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. Manual de economia política. Capítulo 2. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/02.htm#i1c2>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. Os despossuídos. São Paulo: Cortez, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade. 25ª Ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2009.

MONTANARI, M. FLANDRIN, Jean Louis História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MONTANARI, M. Entre Natureza e Cultura. Apetite como guia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4lKgAsRIYEc>> Acesso em: 05 dez. 17.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 3, jan/jul, 2001.

NETO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

PADRÃO, S. A. Construção da Segurança Alimentar e Nutricional em unidades de alimentação e nutrição: Tecendo a rede de saberes. Petrópolis: De Petros; Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

PINHEIRO, K. História da Alimentação. Universitas Ciências da saúde, n. 3; p. 173-190, 2001.

SILVA, R.R. Principais políticas de combate a fome implementadas no Brasil. Revista Virtual & Contextos. nº 5, nov 2006.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/fordismo/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

VASCONSELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: Uma análise histórica de Vargas a Lula, ver. Nutrição, Campinas, v. 28, nº 4, p 1-13, jul./ago. 2005.

XAVIER, G. de S. À sombra do valor: notas sobre a produção de alimentos como mercadoria na modernidade. Libertas, Juiz de Fora, v.16, n.1, p. 89-116, jan./jul. 2016.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. Crítica Marxista, São Paulo, v.1, n.10, p.12-29, 2000.

ANEXOS

Instrumentos para coletas de dados documentais

Objetivo Geral: Identificar qual o conceito de alimento norteador do PLANSAN 2016-2019.

Objetivo - 1. Conhecer o processo de formulação do PLANSAN (2016-2019)

Ano: Aprovado pela Câmara *interministerial* de segurança alimentar e nutricional (CAISAN) no ano de (05/05/16).

Quem participou:

100 gestores e técnicos do CAISAN

Sociedade civil. Representado pelo CONSEA

Quais espaços:

V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Seminário

XXI Plenária do CONSEA- A presentedo o Plano

Pleno Executivo 05 de maio- versão final

Metodologia utilizada:

O PLANSAN I e II são orientados pelo Plano Plurianual, articulado com DHA.

A particularidade do Plansan tem em sua estratégia a intersetoridade.

Monitoramento/SISPLANSAN- Sistema de Monitoramento do PLANSAN.

V conferencia

As diretrizes da PNSAN

Metas PPA (2016-2019)

Período de vigência: II PLANSAN (2016-2019)

Quais documentos normatizam/antecedem:

- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Decreto 7.272/2010- Política Nacional de segurança Alimentar e Nutricional.

- Plano Plurianual (2012-2015) e (2016 - 2019)
- Direito Humano a Alimentação Adequada.

Objetivo 2 – Identificar os objetivos estabelecidos para o PLANSAN (2016-2019)

Prioridades: V Conferencia

Diretrizes 08 diretrizes da PNSAN orientada pela LOSAN

- IX- Promoção do acesso universal a alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- X- Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica de promoção, extração, processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e informação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano a alimentação adequada.
- XI- Instituição de pessoas permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano a alimentação adequada.
- XII- Promoção, universalização e coordenações das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas pra quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que o trata o Art. 3º, inciso 1, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro, povo indígenas e acentados da reforma agrária.
- XIII- Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção de saúde, de modo articulado às demandas de segurança alimentar e nutricional.
- XIV- Promoção ao acesso universal a água de qualidade em quantidade suficiente, com prioridades a famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e da agricultura.
- XV- Apoio a iniciativas da promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano á alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.246, de 2006;
- XVI- Monitoramento de realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

DAS METAS

Sendo demandas encontradas no PPA mais as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivos: 43 Metas 330

II PLANSAN: 09 Desafios 121 Metas e 99 Ações correlacionadas.

DOS DESAFIOS

1- Um dos principais desafios relacionados à SAN é a criação de um contexto favorável a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira.

2- Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos populacionais específicos, e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural- *Corresponde as diretrizes 1,2,4,5 e 6 da PNSAN.*

MACRODESAFIO: Promoção do sistemas alimentares saudáveis.

3- Promover a produção de alimento saudáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica- *Diretriz 2*

4- Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira á alimentação adequada e saudável. *Diretriz 2*

5- Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regularmente. *Diretrizes 3 e 5 PNSAN*

6- Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação- *Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN.*

7- Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso á água para a produção pobre no meio rural- *Corresponde à diretriz 6.*

8- Consolidar a implementação do sistema nacional (Sisan), aperfeiçoado a gestão federativa, a intersectoridade e a pátria participação social. *Diretriz 3 e 8 e SISAN.*

Objetivo 3 – Produção e circulação de alimentos

A.SUBSIDIOS B. PRODUÇÃO C. CIRCULAÇÃO D. HABITOS E. CONSUMO.

- **Continuidades**

Uma política descentralizada

- **Rupturas com os modelos de programas de alimentação pré-constituição de 1988.**

Regulamentada pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Portanto integra constitucionalmente como direito a partir de 2010.

Alimentação como direito social

Constitui a possibilidade de participação da sociedade civil para disputa de recursos e planos particulares a sua realidade territorial.

Conferiu o SISAN como uma política intersetorial.

Composto composta por: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conferências anuais de Segurança Alimentar e Nutricional.

- **Nutrição:** Políticas de fome e obesidade

Objetivo 4 – Análises / Hipóteses:

I- A política pública demonstra a continuidade de absorção das necessidades de acumulação do capitalismo internacional.

II- A ideia do saudável no caráter educacional do PLANSAAN está interligado ao aumento substantivo do acesso aos alimentos ultra processados (mais baratos). Aliando este contexto com a relação produtiva da circulação de alimentos “in natura” fomenta as relações de financiamento bancário, sobre mediação de programas do Governo Federal ao capitalismo financeiro.

III- A desnutrição histórica da classe trabalhadora demonstra uma mudança de perfil de desnutrição para obesidade, esse fator incide na questão da fome enquanto a forma que ela é entendida politicamente. → FOME COMO ESTRUTURAL

IV- Sobre o desafio 1. “Um dos principais desafios relacionados à SAN é a criação de um contexto favorável a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis adequados pela população brasileira.” Sobre a hipótese: O desafio sobre o contexto de circulação da mercadoria alimento “orgânico” ou de base produtiva familiar, fomentação do mercado. Portanto contraditória a noção universal do direito à alimentação, fator este limitante.

Objetivo 5- Relação entre o Estado Gestor e a Sistematização da Pobreza

Desafio 6 – Meta 8

- Monitoramento Sistemático